



Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Data	Horário	Local
30/3/2016	10h	1º andar – Sala de Reuniões da Presidência II (104)

Participantes (presencial)	Telefone/e-mail
Gustavo Tadeu Alkmim – Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br
Fernando Cesar Baptista de Mattos – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4903 fernando.mattos@cnj.jus.br
Bruno Ronchetti de Castro – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4962 bruno.ronchetti@cnj.jus.br
Carlos Eduardo Oliveira Dias – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4574 carlos.dias@cnj.jus.br
Carlos Augusto de Barros Levenhagen – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br
Arnaldo Hossepian Lima Húnior – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4580 arnaldo.lima@cnj.jus.br
Luiz Cláudio Silva Allemand – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4559 allemand@cnj.jus.br
Emmanoel Campelo de Souza Pereira – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4966 emmanoel.campelo@cnj.jus.br
Norberto Campelo – Conselheiro CNJ, Convidado	(61) 2326-4585 norberto.campelo@cnj.jus.br
Bráulio Gabriel Gusmão – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 braulio.gusmao@cnj.jus.br
Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi – Juiz Auxiliar da Presidência	(61) 2326-4796

do CNJ	luis.lanfredi@cnj.jus.br
Fabyano Prestes – Diretor Geral do CNJ	(61) 2326-4925 fabyano.prestes@cnj.jus.br
Marcelo Lauriano Lúcio – Diretor de Departamento	(61) 2326-5318 marcelo.lauriano@cnj.jus.br
Antônio Augusto Silva Martins – Chefe de Seção do PJe	(61) 2326-5398 augusto.martins@cnj.jus.br
Francisco Gonçalves de Araújo Filho – Coordenador de Gestão de Sistemas	(61) 2326-5432 francisco.filho@cnj.jus.br
Thiago de Andrade Vieira – Chefe de Seção	(61) 2326-5322 thiago.vieira@cnj.jus.br

Pauta - Considerações - Deliberações

5ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

I – Considerações iniciais

O Presidente da Comissão abriu a reunião e logo de início o Conselheiro Fernando Mattos informou sobre a Implantação do Escritório Digital no Superior Tribunal de Justiça, com prazo até 30 de junho de 2016, sendo que o termo de compromisso deverá ser assinado no dia 6 de abril de 2016.

Na sequência, seguiu-se a pauta previamente encaminhada aos demais membros da Comissão.

II – Tópicos discutidos

1. Demandas do DTI.

1.1. Análise da situação orçamentária da Ação de Modernização e do PJe

1.2. Deliberação sobre o uso de recursos da Ação do PJe para a compra de produtos;

1.3. Deliberação sobre os projetos de aquisições e de contratações a serem executados na Ação de Modernização e do PJe em 2016;

O Conselheiro Fernando Mattos manifestou-se favoravelmente ao remanejamento de cerca de R\$ 2,5 mi de recursos orçamentários das ações de modernização para cobertura de despesas internas do CNJ, tendo em vista o corte de 40% de recursos orçamentários destinados ao Conselho, desde que realizado de acordo com a lei orçamentária.

O Presidente da Comissão sugeriu a realização de reunião extraordinária da Comissão para que o Departamento de Tecnologia da Informação e a Diretoria Geral apresentem dados concretos acerca dos recursos geridos pelo DTI e das necessidades do CNJ, a fim de que haja deliberação final sobre o uso dos recursos. A sugestão foi acatada e a reunião foi marcada para 6 de abril de 2016, às 10h, na sede do CNJ.

1.4. Nova proposta de Reestruturação do DTI (Comissão 0003706-30.2014.2.00.0000 - Assunto da Competência de Comissão);

O Diretor do DTI apresentou uma nova proposta de reestruturação do Departamento. Informou que a proposta aprovada em Plenário em 2014 foi suspensa pela Presidência à época, que solicitou revisão da força de trabalho do CNJ e reavaliação dos quantitativos de cargos necessários ao DTI.

Esclareceu que o Comitê de Gestão, formado por membros do DTI, efetuou novo estudo com base nas premissas da Presidência de 2014 e outras, e chegou a uma redução significativa de 66%, se comparada com a proposta anterior.

O Diretor expôs que o Comitê entendeu ser necessário o incremento de 49 novas vagas de cargos para o DTI, o que está compatível com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 211/2015 (ENTIC-JUD) e que o custo de implementação será ainda minimizado com o cancelamento do contrato de suporte à infraestrutura tecnológica, o que ocorrerá

gradativamente ao incremento das vagas.

O Diretor do DTI encaminhará a proposta aos Conselheiros que compõem a Comissão para deliberação em reunião a ser realizada em abril de 2016, em data a ser definida.

1.5. Cumprimento da Resolução-CNJ nº 91/2009 - MoReq-Jus (ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO - 0201115-87.2009.2.00.0000);

A Comissão discutirá o tema na próxima reunião.

1.6. Adoção do Índice de Governança de TI (iGovTI) do TCU também pelos Tribunais de Justiça.

A Comissão discutirá o tema na próxima reunião.

2. PJe 2.0.

O servidor Thiago Vieira apresentou a nova versão do PJe e destacou que a nova concepção do programa partiu das dificuldades apresentadas pelos usuários, notadamente, a usabilidade, a quantidade de cliques realizada e o uso da certificação digital.

De acordo com o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão, a homologação do sistema está prevista para maio de 2016, quando será disponibilizada para os Conselheiros, inclusive para colheita de sugestões e alterações quanto ao seu uso, com previsão de disponibilização para os tribunais em junho de 2016.

3. Sistema de Execução Penal

O Conselheiro Bruno Ronchetti informou sobre a existência de minuta de Resolução a ser levada ao Plenário do CNJ, acerca do sistema de execução penal. A minuta resulta das atividades desenvolvidas por Grupo de Trabalho instituído pela Presidência sobre o tema e foi apresentada pelo Juiz Auxiliar Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi.

A proposta prevê a uniformização do procedimento de execução penal, mediante a criação de

do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal.

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão fez referência ao modelo de sistema escolhido pelo Grupo de Trabalho citado e falou sobre a necessidade de treinamento dos servidores para implantação nos Tribunais.

O Conselheiro Bruno Ronchetti é o Relator do procedimento que será levado ao Plenário para aprovação da minuta de Resolução, oportunamente.

A minuta foi aprovada pela Comissão.

4. Convênio entre o STF e o MPF – Prazo de Graça

A Comissão decidiu não alterar a Resolução CNJ nº 185/2013 e o Presidente da Comunicação comunicará a deliberação à Secretaria-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal.

5. Prorrogação do prazo para o TJDFt cumprir a ENTIC

A Comissão autorizou a prorrogação do prazo solicitada pelo TJDFt, por meio do Ofício 6043/GPR, apresentado aos autos do procedimento ATO nº 0005903-21.2015.2.00.0000.

6. Processos do PJe relativos à Comissão de TI

A Comissão vai deliberar sobre o tema na próxima reunião.

7. Resolução CNJ nº 105/2010 – gravação audiovisual de audiências e videoconferências

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão explicou a importância do tema e apresentará proposta de alteração da Resolução para deliberação na próxima reunião.

8. Reclamações da Ouvidoria

O Conselheiro Luiz Cláudio Allemand apresentou as demandas existentes na Ouvidoria

relativas ao PJe. O material será apresentado aos Conselheiros membros da Comissão para conhecimento e análise.

9. Província de Misiones/Argentina

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão comunicou sobre o interesse do Tribunal de Justiça da Província de Misiones/Argentina acerca da utilização do sistema de gravação de audiência. Ficou decidido que após a formalização do referido interesse a Comissão irá deliberar sobre o tema.

III - Considerações finais

A próxima reunião da Comissão ocorrerá, extraordinariamente, em 6 de abril de 2016, às 10h, na sede do CNJ.